

Políticas Públicas de Educação Especial em um município gaúcho: o acesso ao ensino comum e a organização do Atendimento Educacional Especializado

Caren Daiane da Silva
Cláudia Rodrigues de Freitas
Clarissa Haas
Mayara Costa da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

RESUMO

O presente artigo aborda a modalidade da Educação Especial com foco na inclusão escolar a partir da política pública de um Sistema Municipal de Educação em um município gaúcho. As estatísticas educacionais do Censo Escolar da Educação Básica constituem a principal fonte em análise articulada às diretrizes nacionais e municipais acerca da política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. No contexto referido, no intervalo de 2007 a 2020, analisam-se os indicadores de acesso à escolarização no ensino comum e os de acesso ao Atendimento Educacional Especializado, envolvendo sua oferta e contingente de profissionais especializados. O percurso metodológico constrói-se em conexão com o pensamento sistêmico, buscando um tratamento complexo ao objeto investigado. Como resultados, identifica-se que as matrículas do público-alvo da Educação Especial, no ensino comum na rede municipal investigada, vêm se ampliando significativamente, acompanhando a tendência nacional. A organização do Atendimento Educacional Especializado, influenciada pela publicação da política nacional de Educação Especial no ano de 2008, ocorre a partir de 2010, conforme os dados oficiais, estando presente na maioria das escolas da rede. Como necessário debate e aprofundamento, destacam-se: a discussão associada às atribuições do profissional especializado e o investimento na formação docente.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Atendimento Educacional Especializado; Sistema Municipal De Educação; Políticas Públicas; Estatísticas Educacionais.

Public policies for Special Education in a municipality in Rio Grande do Sul: access to common education and the organization of specialized educational assistance

ABSTRACT

This article discusses the modality of special education with a focus on school inclusion based on the public policy of a Municipal Education System in a municipality in Rio Grande do Sul. Educational statistics from the Basic Education School Census are the main source for analysis, together with national and municipal guidelines on special education policy from the perspective of inclusive education. In this context, within the period from 2007 to 2020,

the indicators of access to schooling in common education and those of access to Specialized Educational Assistance are analyzed, involving its offer and contingent of specialized professionals. The methodological path is built in connection with systemic thinking, seeking a complex treatment of the investigated object. As a result, it is identified that enrollments of special education students in the common education systems have been expanding significantly in the investigated municipal network, following the national trend. The organization of Specialized Educational Assistance, influenced by the publication of the national policy on special education in 2008, has been taking place since 2010, according to official data, and is present in most schools in the network. For further debate, we highlight the following: the discussion regarding the attributions of the specialized educational service and the investment in teacher training.

Keywords: School Inclusion; Specialized Educational Service; Municipal Education System; Public Policies; Educational Statistics.

Políticas Públicas de Educación Especial en un municipio de Rio Grande del Sur: el acceso a la educación común y la organización de la asistencia educativa especializada

RESUMEN

Este artículo aborda la modalidad de Educación Especial con foco en la inclusión escolar a partir de la política pública de un Sistema Municipal de Educación en un municipio del estado de Rio Grande del Sur. Las estadísticas educativas del Censo Escolar de Educación Básica constituyen la principal fuente de análisis articulada con las directrices nacionales y municipales sobre la política de Educación Especial desde la perspectiva de la educación inclusiva. En el contexto referido, en el período de 2007 a 2020, se analizan los indicadores de acceso a la escolarización en la educación común y los de acceso a la Asistencia Educativa Especializada, involucrando su oferta y contingente de profesionales especializados. El camino metodológico se construye en conexión con el pensamiento sistémico, buscando un tratamiento complejo del objeto investigado. Como resultados, se identifica que las matrículas del público objetivo de la Educación Especial, en la educación común en la red municipal investigada, vienen ampliándose significativamente, siguiendo la tendencia nacional. La organización de la Asistencia Educativa Especializada, influenciada por la publicación de la política nacional de Educación Especial en 2008, ocurre a partir de 2010, según datos oficiales, y está presente en la mayoría de las escuelas de la red. Como necesario debate y profundización, se destacan: la discusión asociada a las atribuciones del profesional especializado y la inversión en la formación docente.

Palabras clave: Inclusión Escolar; Asistencia Educativa Especializada; Sistema Municipal De Educación; Políticas Públicas; Estadísticas Educativas.

Introdução

Este estudo entende que a história da Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, vem trilhando um caminho permeado por embates políticos, reflexões, conquistas e desafios. Assenta-se no entendimento ético, filosófico, político e pedagógico da educação inclusiva como direito humano fundamental e reconhece que “[...] o direito à educação envolve o fortalecimento da perspectiva da educação inclusiva, como princípio, meio e fim do trabalho educativo, construindo as condições de acesso, permanência e sucesso na escola de todos os estudantes” (HAAS; BAPTISTA, 2019, p. 2).

Como foco da investigação, trata sobre as políticas públicas de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva e seus desdobramentos no âmbito da Rede Municipal de Educação no município gaúcho de Caxias do Sul. Dedicar-se, enquanto objetivo central, a analisar as estatísticas educacionais de acesso à escolarização nos contextos de inclusão escolar - matrículas no ensino comum e oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) - ao público-alvo da Educação Especial no período entre 2007 a 2020 da Rede Municipal de Caxias do Sul. Também, mapeiam-se os números de docentes que atuam no AEE no intervalo temporal mencionado.

A imersão ao contexto de Caxias do Sul justifica-se pela importância desse município para o estado do Rio Grande do Sul, haja vista ser segunda maior cidade do estado em número de habitantes de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

O marco temporal (2007 a 2021) tem início um ano antes da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008). Dentre o conjunto significativo de diretrizes nacionais que fomentam a perspectiva inclusiva da Educação Especial, a PNEEPEI proporciona movimentos que provocam mudanças significativas no cenário educacional brasileiro; confirma a transversalidade da Educação Especial como “modalidade de ensino” (BRASIL, 2008) prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) e identifica o público-alvo da Educação Especial como: “[...] os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação” (BRASIL, 2008). Baptista (2019, p. 1) salienta que a referida política é partícipe de um momento histórico de aproximação das diretrizes brasileiras de proposições internacionais que anunciam uma ressignificação do conceito de deficiência

como afirmação de um modelo social, assim como indicam um novo desenho institucional para a garantia do direito à educação.

No contexto municipal, a Resolução Nº 35/2017 (CAXIAS DO SUL, 2017) é o principal documento normativo municipal sobre as diretrizes do Atendimento Educacional Especializado aos alunos público-alvo da Educação Especial. O referido documento aborda as medidas a fim de favorecer a consolidação do “[...] atendimento aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista¹, altas habilidades/superdotação” e busca a construção de “efetivos processos de escolarização desses alunos”, na escola regular (CAXIAS DO SUL, 2017).

Para Vasconcellos (2006), a elaboração de pensamentos complexos instiga uma mudança de perspectiva referente ao objeto de estudo sem a necessidade de delimitá-lo de maneira precisa, no entanto, buscando compreendê-lo “em contexto”.

Para proceder à contextualização do objeto ou do problema, deveremos fazer um exercício de ampliação do foco, o que nos leva a ver *sistemas amplos*. [...] E fica claro, então, que contexto não significa simplesmente ambiente, mas se refere às relações entre todos os elementos envolvidos (VASCONCELLOS, 2006, p. 112).

Esta pesquisa identifica-se com essas “lupas” relacionais no modo como estabelece sua rota teórico-metodológica descrita na seção seguinte.

Procedimentos Metodológicos

Baptista (2019, p. 3), ao analisar os desdobramentos mais atuais da política nacional de Educação Especial, propõe um questionamento que se volta à construção do percurso da pesquisa: “Quais evidências podem ser consideradas para se identificar a ocorrência de alguma produção do novo ou apenas diferentes vernizes para antigas abordagens?”

Diversas pesquisas como as de Caiado e Laplane (2009), Meletti e Bueno (2011), Meirelles, Freitas e Baptista (2015), Haas, Delevati (2018), Kassar, Rebelo e Oliveira (2019), Baptista (2019), Sozo, Haas (2019), atestam, como um movimento importante provocado pela PNEPEI, aumentos no número de matrículas do público da Educação Especial nas escolas regulares, bem como seu decréscimo nas instituições especializadas. Sob esse viés, buscou-se verificar esse fenômeno em Caxias do Sul, a partir da consulta aos bancos de

¹ Frisa-se que a diretriz municipal nomeia os estudantes com transtorno do espectro-autista possivelmente afetada pelas alterações propostas nos manuais diagnósticos internacionais - CID 11 e DSMV.

dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com a análise dos microdados do Censo Escolar relativos à Educação Especial do período de 2007 a 2020. Optou-se pela análise dos dados que envolvem a matrícula do público-alvo da Educação Especial (PAEE) no ensino comum na Rede Municipal de Educação, comparando ao total de matrículas da educação básica no município. Igualmente, analisaram-se dados da oferta de AEE em âmbito municipal, procurando observar quantos estudantes recebem esse atendimento e o número de profissionais especializados envolvidos nessa ação.

Estatísticas Educacionais Nos Contextos Escolares Inclusivos Da Rede Municipal De Educação De Caxias Do Sul

Nesta seção, dedica-se à sistematização dos dados de matrícula dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes de ensino comum e no Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Caxias do Sul.

Matrículas do público-alvo da Educação Especial no ensino comum

O Sistema Municipal Caxiense, conforme dados do Censo Escolar de 2021, constitui-se por 83 instituições de ensino fundamental, sendo que 63 ofertam a educação infantil a partir dos 4 anos de idade, e duas a educação de jovens e adultos (INEP, 2022). Semelhantemente, integram o sistema as escolas de educação infantil privadas, sendo que 45 delas atuam como conveniadas à Rede Municipal de Educação do município, atendendo crianças de 0 a 5 anos de idade.

Na tabela 1, apontam-se as matrículas totais e as matrículas dos alunos público-alvo da educação especial nas escolas regulares da rede municipal entre os anos de 2007 a 2013.

Tabela 1 – Matrículas Totais e Matrículas dos Alunos Público Alvo da Educação Especial nas escolas de ensino comum da Rede Municipal de Educação de Caxias do Sul (2007 a 2020)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
MT	32.245	32891	33.117	32.948	32.894	32.973	32.746	32.886	32.924	32.896	32.609	33.410	33.427	33.756
MPAEE	134	839	624	512	600	713	725	811	1.073	1.167	1.198	1.190	1.239	1.229

Fonte: Elaboração das autoras a partir de INEP (2008-2021).

Legenda de siglas da tabela: MT (matrículas totais) e MPAEE (matrícula do público alvo da Educação Especial)

Como se pode observar na Tabela 1, no intervalo de 2007 a 2020, constata-se um aumento de 917% nas matrículas do público-alvo da Educação Especial no contexto escolar inclusivo comparado às matrículas iniciais em 2007. A partir de 2010, mostra-se possível perceber o movimento de progressão das matrículas dos alunos com deficiência, público da Educação Especial na Rede Pública Municipal de Caxias do Sul.

Cabe destacar que a Rede Municipal de Caxias do Sul concentra um quantitativo relevante de matrículas do público-alvo da Educação Especial comparado às demais redes de ensino. O movimento crescente das matrículas na escola regular evidencia o impacto da PNEEPEI na rede pública de ensino de Caxias do Sul, especialmente na municipal, que concentra o maior número de matrículas do público da Educação Especial e a diminuição dessas matrículas no ensino exclusivamente especializado.

Organização do Atendimento Educacional Especializado

O AEE, na função de subsidiar as ações políticas e pedagógicas para eliminar barreiras que possam impedir a escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial, compreende-se também no contexto das legislações nacionais como um dos principais meios para a oferta da modalidade. A legislação nacional compreende a importância das ações do AEE à construção dos processos inclusivos na escola e fora dela. Desse modo, vários documentos, tais como o PNEEPEI/2008 (BRASIL, 2008) e a Resolução do CNE/CEB nº 4/2009 (BRASIL, 2009), a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), regulamentam e direcionam as atuações dos profissionais responsáveis por esse atendimento nas escolas, conferindo-lhes uma gama de atribuições.

O sistema municipal de Caxias do Sul nomeia o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e organiza suas ações em normativa própria:

Art. 8º O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui-se no conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado, respectivamente, de forma complementar ou suplementar à formação das crianças/estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação, disponibilizando meios para o acesso ao currículo, proporcionando a independência para a realização das tarefas e a construção da autonomia na escola e fora dela (CAXIAS DO SUL, 2017, p. 4)

Nessa mesma resolução, o AEE é nomeado como “atividade de itinerância” a ser realizada por um professor especializado que trabalha periodicamente com o estudante e o seu professor, sem ter lotação na mesma escola, e como “atividade temporária” a ser ofertada aos estudantes que, temporariamente, estiverem sem condições de frequentarem o ambiente escolar. Percebe-se que o sistema municipal de educação atribui sentidos próprios ao Atendimento Educacional Especializado conforme seu contexto local.

Apresentam-se dados, por meio da Tabela 2, sobre a constituição desse dispositivo pedagógico na RME de Caxias do Sul, de 2007 a 2020.

Tabela 2 – O Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Educação de Caxias do Sul - 2010 a 2020.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
TE/RM	84	85	85	85	85	86	86	85	81	81	81
AEE	43	55	53	51	54	61	57	60	71	71	71
SRMs	30	30	47	51	54	59	60	62	65	67	71

Fonte: Elaboração das autoras a partir de INEP (2011-2021).

Legenda de siglas da tabela: TE para o Total de Escolas da Rede Municipal, AEE para o quantitativo de Escolas que oferecem o Atendimento Educacional Especializado e SRMs para o quantitativo de escolas que possuem salas de Recursos Multifuncionais.

O Censo Escolar da Educação Básica registra a oferta do AEE na Rede Municipal de Caxias do Sul, a partir de 2010, sendo que, nesse ano, há registros de 84 escolas regulares na RME e, dessas, 43 realizavam o AEE sem estender em tal momento o atendimento às crianças da educação infantil. Conforme Freitas, Santos e Haas (2019, p.895) em pesquisa dedicada ao Atendimento Educacional Especializado na educação infantil no mesmo contexto investigado, a oferta do AEE para essa etapa escolar começa a partir de 2014 e ainda assim não contemplam todas as crianças da educação infantil.

Nesse mesmo ano, Caxias do Sul normatiza a Educação Especial por meio da Resolução Municipal n. 19/2010 (CAXIAS DO SUL, 2010). A Rede Municipal de Educação descreve a sua organização da seguinte forma:

Fazem parte desse universo 84 escolas de Ensino Fundamental e 01 escola especial para surdos, além de 36 escolas de Educação Infantil. Hoje, 71 escolas de Ensino Fundamental contam com Atendimento Educacional Especializado e professor habilitado que se desloca até a

escola. Dessas, 30 possuem Salas de Recursos Multifuncionais enviadas pelo Ministério da Educação. Quanto à formação de professores, a Secretaria Municipal da Educação faz parte do Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade da SECADI/MEC, como município polo atendendo cerca de 46 municípios da região. Além disso, em 2011, os professores que atuam no AEE da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul estão recebendo assessoria especializada com o intuito de serem capacitados no que se refere à avaliação e construção do Plano de Atendimento Educacional Especializado com enfoque inclusivo (CAXIAS DO SUL, 2011, p. 11).

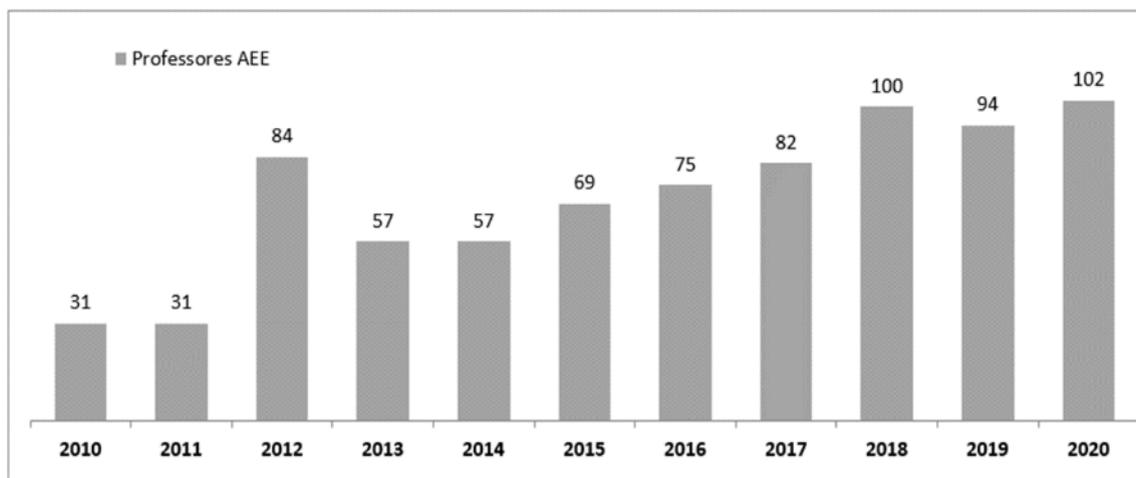
De acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Básica - ano de 2011 -, esse atendimento ofertava-se em 55 escolas desta Rede (INEP, 2011). As informações da Secretaria Municipal de Educação (SMED) salientam que o AEE se realiza “[...] por meio de docentes que se deslocam” (CAXIAS DO SUL, 2011, p.11) para realizá-lo. Fica evidente um movimento de ampliação dos mecanismos para a consolidação da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a partir da aderência aos Programas do Ministério da Educação² (MEC) direcionados à formação dos professores para atuar no AEE e para a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas da RME.

O aumento gradual do Atendimento Educacional Especializado ofertado aos alunos público-alvo da Educação Especial é percebido no período de 2010 a 2020, tendo em vista que a RME passa de 43 escolas com oferta de AEE para 71 escolas em 2020. Considerando o contingente de escolas da Rede em 2010, praticamente, metade das escolas não ofereciam esse atendimento. No intervalo de 2018 a 2020, os dados indicam 71 escolas com a oferta do AEE. Logo, há 10 escolas da rede que não possuem essa mesma oferta. Constata-se, do mesmo modo, o aumento do quantitativo de Salas de Recursos Multifuncionais.

O Gráfico 1 aponta a progressão da composição do quadro de docentes na Rede Municipal de Educação de Caxias do Sul que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

² Caxias do Sul foi município-polo do Programa “Educação Inclusiva – Direito à diversidade” (BRASIL, 2003), mantido pelo governo federal de 2003 a 2010. Durante a vigência do programa, o município atuou na formação continuada aos professores das redes estadual e municipal para os municípios da região e para isso contou com subsídio financeiro enviado pelo Ministério da Educação.

Gráfico 1 – Composição do Quadro de Docentes do AEE da Rede Municipal de Educação de Caxias do Sul de 2010 a 2020.



Fonte: Elaboração das autoras a partir de INEP (2011-2021).

É possível observar que o número de docentes em 2020 é superior ao de escolas da rede (81 escolas), bem como o de escolas que possuem a oferta do AEE (71 escolas), sendo possível inferir haver estabelecimentos escolares que possuem mais de um docente e/ou profissionais realizando atendimento em itinerância no contingente pequeno de escolas as quais não possuem o serviço.

Considerações Finais

A análise das estatísticas educacionais do Sistema Municipal de Educação de Caxias do Sul confirma a tendência nacional apontando uma ampliação significativa das matrículas no ensino comum ao longo do intervalo pesquisado (2007-2020). Além disso, confirma o investimento na ampliação da oferta do Atendimento Educacional Especializado ao longo de uma década (2010-2020) de modo que, praticamente, todas as escolas da Rede dispõem do AEE em 2020. Também, é notório o investimento nos espaços da sala de recursos que, em 2020, iguala-se ao das escolas municipais que têm a oferta do AEE.

O quantitativo de professores especializados também confirma as condições necessárias à realização do serviço pedagógico especializado. A figura do atendimento em itinerância, que foi a tônica inicial da organização do serviço em 2010, uma década depois ocupa um papel marginal dentro da Rede. Portanto, de modo geral, os indicadores são favoráveis no tocante às condições materiais para a realização do AEE como dispositivo de implementação da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Caberia, ainda,

questionar se a oferta desse atendimento desdobra-se no acesso dos estudantes da educação infantil e da modalidade EJA.

A partir do pressuposto da complexidade apresentado por Vasconcellos (2006), compreende-se a necessidade de aliar à análise outros elementos contextuais para, de fato, pontuar o direcionamento político do Sistema Municipal de Educação de Caxias do Sul no que tange à configuração da Educação Especial articulado à Educação Inclusiva.

Fez-se possível observar um certo consenso, no âmbito da legislação nacional e municipal, quanto à importância do AEE para os processos inclusivos do público-alvo da Educação Especial no ensino comum bem como a importância na condução desse atendimento por profissionais com formação específica. Por outro lado, aponta-se a necessidade de atenção e de investimento de pesquisa às atribuições conferidas aos docentes na função de AEE e às concepções de inclusão escolar que balizam a formação desses profissionais. Nos estudos desenvolvidos por Haas e Delevati (2018), abrangendo a normativa municipal de Caxias do Sul sobre a Educação Especial, questiona-se “[...] o papel de marginalidade atribuído aos profissionais do AEE, quanto aos processos de identificação e avaliação” (HAAS e DELEVATI, 2018, p. 06).

A diversidade de funções assumidas pelo professor responsável pelo atendimento, presente nas normativas que se associam ao contexto nacional, também pode ser observada nos documentos que se associam ao município analisado. Torna-se fundamental o questionamento sobre quais os efeitos da multiplicidade de funções no âmbito do trabalho desse docente e, para além disso, como essa gama de atividades tem sido lida no âmbito dos percursos formativos ofertados aos professores. Por fim, em sintonia com Silva (2020), pergunta-se qual seria o papel assumido por esse profissional, para além da docência: "Um faz tudo? Um gestor? Um formador? [...]" (SILVA, 2020, p. 126).

Baptista (2011) chama atenção à “[...] amplitude das ações e a possibilidade interpretativa de práticas centradas no atendimento direto ao aluno” (p.65) e destaca a necessidade de identificar e de valorizar a potencialidade do “[...] trabalho compartilhado e a importância do professor especializado em Educação Especial” (p. 65) para efetivos processos de escolarização dos alunos considerados público da Educação Especial.

A Resolução CME Nº 35/2017 aborda, na justificativa, conformidades ao pensamento de Baptista (2011) sobre a atuação do professor do AEE e os possíveis desdobramentos de suas práticas estarem diretamente relacionados às concepções de Educação Especial

imbricadas na formação desse docente: "[...] A inclusão das crianças/estudantes considerados da Educação Especial deve ser contínua e sistemática e estar associada à formação continuada dos professores, elemento fundamental para a consecução de práticas inclusivas na escola e para o bom desempenho dos mesmos." (CAXIAS DO SUL, 2017, p. 20)

Pelo exposto, considera-se que, do ponto de vista do acesso à escolarização no ensino comum e da organização das condições materiais à operacionalização do Atendimento Educacional Especializado, o Sistema Municipal de Educação de Caxias do Sul vem trilhando passos significativos na última década do século XXI, permanecendo como desafio o debate acerca das atribuições do profissional do AEE e o investimento na formação docente que resulte na qualificação das práticas e na coevolução da escola como um sistema que aprende a sua natureza inclusiva cotidianamente.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e Educação Especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. 2011, v. 17, n. spe1, pp. 59-76. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382011000400006>. Acesso 05 de novembro de 2020

BAPTISTA, Claudio Roberto. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa** [online]. 2019, v. 45, e217423. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945217423>. Acesso em: 24 fev. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva: direito à diversidade** – documento orientador. MEC/SEESP: Brasília, 2003. [Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade](http://portal.mec.gov.br/pec-g/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17434-programa-educacao-inclusiva-direito-a-diversidade-novo). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17434-programa-educacao-inclusiva-direito-a-diversidade-novo>. Acesso em: 24 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP. Brasília: 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em: 24 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial.

MEC/SEESP, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24 fev. 2021.

CAIADO, Katia Regina Moreno e LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Programa Educação inclusiva: direito à diversidade - uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo. **Educação e Pesquisa [online]**. 2009, v. 35, n. 2, pp. 303-315. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000200006>. Acesso em 15 set. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Conselho Municipal de Educação. **Resolução n. 19, de 31 de agosto de 2010**. Dispõe sobre as diretrizes para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2019/02/387fb7b3-e2bb-4017-a64d-6858cf078b22.pdf?download=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CME%20N%C2%B0%200192010%20de%2031%20de%20agosto%20de%202010.pdf> Acesso em 15 set. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Conselho Municipal de Educação. **Resolução. 35, de 30 de maio de 2017**. Dispõe sobre as Diretrizes para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Caxias do Sul. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2021/10/4bb729a6-c239-4932-8185-0f4698b400fc.pdf> Acesso em: 16 ago. 2022.

CAXIAS DO SUL. Secretaria Municipal da Educação. Marijara Gobbi e Valéria Flach Baldissarini (orgs.) Flávia Melice Vergani. (coord.) **Caderno pedagógico 6 – Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Caxias do Sul, RS: Secretaria Municipal da Educação, 2011. 32 p. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2019/03/bb702587-9cff-4427-86da-ca4e84204bcc.pdf> Acesso em 16 ago. 2022.

FREITAS, Cláudia Rodrigues de. FRASSONI, Joseane dos Santos. HAAS, Clarissa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Brasil. O Atendimento Educacional Especializado para a educação infantil em Caxias do Sul. **Revista Espaço Pedagógico**. Vol. 26, n. 03, Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8287>. Acesso em 16 ago. 2022.

HAAS, Clarissa; DELEVATI, Aline de Castro. A política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva na rede municipal de Caxias do Sul, RS: processos de escolhas, decisões e alternativas. In: **Anais... XII Reunião Científica Regional da ANPED-SUL, 2018, Porto Alegre, RS. XII Reunião Científica Regional da ANPED - SUL. Porto Alegre: UFRGS, 2018.**

HAAS, Clarissa; BAPTISTA, Claudio R. Democratização da escola e processos escolares inclusivos: a potência da trama narrativa currículo e Atendimento Educacional Especializado nos cotidianos. **Revista Educação Especial**, 32. Santa Maria, RS, 2019. p.1–23. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/41104/0> Acesso em: 28 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Cidades. Estimativas da População**. Brasília, DF: 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 10 set. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Microdados do Censo Escolar 2007-2021**. Brasília: INEP - 2008-2022. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/microdados>> Acesso em: 09 jul. 2022.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. Embates e disputas na Política Nacional de Educação Especial brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/SVmZZLzBnrZFnyqXR9TSpYc/> Acesso em: 9 jul. 2022.

MELETTI, Márcia Ferreira Sílvia, BUENO, José Geraldo Silveira. **O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil** – (Versão anterior deste trabalho foi apresentada na 33ª Reunião Anual da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd)). *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 367-383, maio/ago. 2011. Universidade Estadual de Londrina Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193521546011>. Acesso em: 10 set. 2021.

MEIRELLES, Melina C. B.; FREITAS, Cláudia R. de; BAPTISTA, Claudio R., Educação Especial no Rio Grande do Sul: Uma Análise de Indicadores de Matrículas na Educação Básica (2007-2013). In: BAPTISTA, C. R. (Org.) **Escolarização e Deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar**. Porto Alegre: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015, p. 265- 298.

SILVA, M. C. da. Conhecer o Conhecer na formação de professores em Educação Especial no Brasil: tendências e desafios. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216873>. Acesso em 26 nov. 2022.

SOZO, Carolina Mross; HAAS Clarissa. **Trajetórias escolares dos estudantes com deficiência e os desafios da inclusão escolar**. Colóquio Internacional de Educação Especial e Inclusão Escolar. CINTEDES. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <http://napne.caxias.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/Artigo-Coloquio-CAROLINA-MROSS-SOZO-e-CLARISSA-HAAS.pdf>. Acesso 10 set. 2021.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

Caren Daiane da Silva

Professora na Rede Municipal de Educação de Caxias do Sul. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDu/FACED/UFRGS)

E-mail: carendaiane@hotmail.com

Cláudia Rodrigues de Freitas

Professora Adjunta da área de Educação Especial no Departamento de Estudos Básicos e no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DEBAS/PPGEDu/FACED/UFRGS). Coordenadora do Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar/NEPIE. Doutora em Educação

E-mail: freitascrd@gmail.com

Clarissa Haas

Professora Adjunta da área da Educação Especial no Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DEBAS/FACED/UFRGS). Pesquisadora do NEPIE/UFRGS. Doutora em Educação

E-mail: haascla@gmail.com

Mayara Costa da Silva

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico na área de Educação Especial no Departamento de Ciências Exatas e da Natureza do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCEN/CAP/UFRGS). Pesquisadora do NEPIE/UFRGS. Doutora em Educação

E-mail: mayacsilva@gmail.com